

Identidade e Subjetividade: o sujeito com deficiência no documentário “Ver e crer”

IDENTITY AND SUBJECTIVITY: THE SUBJECT WITH DISABILITIES IN THE DOCUMENTARY “SEEING IS BELIEVEING”

Ismara Eliane Vidal de Souza **TASSO***

Érica Danielle **SILVA****

Resumo: Diante da singularidade conferida ao regime de (in)visibilidade da pessoa com deficiência, na contemporaneidade, este estudo privilegia a constituição identitária desse sujeito à medida que ele é discursivizado por complexas relações entre os domínios do saber, do poder e da ética. Tal inquietação mobiliza-nos a empreender um gesto de leitura acerca do documentário “Ver e crer”, exibido no festival de filmes “Assim vivemos” (2007). Com base nos pressupostos teóricos dos Estudos Culturais acerca da questão da identidade, em associação com as noções de subjetividade e das práticas de si, caras ao solo epistemológico da Análise do Discurso de linha foucaultiana, buscamos compreender o modo como é dada a constituição identitária a partir das relações estabelecidas entre a representação visual do sujeito com deficiência e as condições de (co)existência enunciativa sobre o corpo deficiente. Na materialidade fílmica, objeto da análise empreendida, as estratégias e os mecanismos linguístico-discursivos empregados no documentário dão visibilidade ao exercício de um governo do outro, legitimado pela cultura da inclusão. Ocupar-se consigo mesmo é

* Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (2003). Mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). Professora da Universidade Estadual de Maringá. É editora Associada da Revista Acta Scientiarum – Language and Culture. Contato: tassojs@terra.com.br.

** Doutoranda em Letras na Universidade Estadual de Maringá - UEM e tutora a distância no curso de Letras da modalidade de Educação a Distância na mesma universidade. Mestre em Estudos Linguísticos (2010) pela UEM. Contato: ericadsilv@hotmail.com.

o fio condutor da discursivização da relação entre subjetividade e verdade, que permeia a vontade de verdade sobre a inclusão construída na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Identidade. Subjetividade. Sujeito com deficiência.

Abstract: Given the uniqueness of the gaze regime to people with disabilities in contemporary, this study focuses on the identity constitution of this subject as it is transformed into discourse from complex relationships among the domain of knowledge, power and ethics. Such restlessness, leads us to undertake a gesture of reading about the documentary “Seeing and believing”, showed in films festival “So we live” (2007). Based on the theoretical assumptions of Cultural Studies, on the question of identity and its relationship with the notions of subjectivity and practices of themselves, from epistemological ground of Discourse Analysis of Foucault perspective, we aim at understanding how the identity constitution is given from the relationships established between visual representation and conditions (co) existence enunciative on the disabled body. On the movie materiality, object of this analysis, the linguistic-discursive strategies and the mechanisms employed in the documentary give visibility to the exercise of a government on the other, legitimized by the culture of inclusion. Mind yourself is the guiding principle of the discourse about the relationship between subjectivity and truth, which permeates the will of truth about the inclusion constructed in contemporary society.

Key-words: Identity. Subjectivity. People with disabilities.

A Identidade como Efeito Discursivo: formulando a questão

Especialmente a partir do século XX, motivadas pelo progresso da ciência e pelo engajamento de vários setores da sociedade em prol do bem-estar comum, várias ações mundiais e locais foram desenvolvidas, a fim de promover a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência em diversos campos sociais. Nessa conjuntura, o político e o social exercem a governamentalidade sobre a conduta universal dos corpos e, no âmbito das políticas afirmativas, o conceito de identidade, em especial aquele acerca do sujeito com deficiência, seja física, mental ou sensorial, torna-se, problemático, já que o processo de identificação é visto como uma construção mutável,

instável, descentralizada e inacabada, que adquire sentido pela linguagem e pelos sistemas simbólicos por meio dos quais são representados (WOODWARD, 2000).

Nesse domínio de batalha entre diferentes posições, chama-nos a atenção a crescente regularidade na veiculação de produtos da mídia televisiva, cuja temática versa sobre políticas inclusivas de pessoas com deficiência. Fator que contribuiu para que déssemos início, desde 2006, a um Projeto de Iniciação Científica (PIC) e à monografia de conclusão de curso de graduação, estendendo-se à pesquisa desenvolvida na pós-graduação, em nível de mestrado, sob o título “Movimentos identitários e políticas de inclusão na mídia: a (d)eficiência em tela” (2010). Esses estudos trataram de questões sobre a mídia enquanto materialidade que proporciona o exercício de práticas discursivas acerca do sujeito com deficiência, uma vez que os mecanismos que sustentam a atuação midiática sobre o sujeito-telespectador podem apagar, transformar e consolidar ideais modelares de sujeitos. Dessa forma, as identidades representadas e veiculadas na mídia por meio da linguagem verbal, visual e sonora se submetem à ordem do discurso, articulando o que pode e deve ser dito no conjunto de condições de seu aparecimento (FOUCAULT, 2007, p. 9).

A negociação coletiva polemiza identidades e propicia brechas para o confronto. No âmbito da corrente da Análise de Discurso (doravante AD), sobretudo aquela que se filia aos pressupostos teórico-metodológicos foucaultianos, a identidade traz consigo relações sócio-históricas, ou seja, o sujeito é identificado pelas relações de saber-poder entre instituições e técnicas de disciplinarização e regulamentação, materializadas em enunciados efetivamente pronunciados em determinada época. São essas práticas discursivas que fazem da identidade um efeito, uma construção. Esses sistemas atribuem sentido à gama de possibilidades oferecidas pelas relações sociais, que envolvidas em relações de poder, definem quem é incluído e quem é excluído. Logo, a identidade é contestável à medida que é produzida por aqueles que detêm os canais de produção e de circulação de sentidos.

Em nossa pesquisa atual, dá-se continuidade aos trabalhos anteriores, deslocando-se o foco para as condições de emergência e de existência de discursos sobre os sujeitos com deficiência no cinema, dada a sintonia do discurso cinematográfico com as práticas discursivas de seu tempo. Razão de o *corpus* da pesquisa constituir-se de filmes e debates do Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência “Assim Vivemos”, promovido e

patrocinado pelo Ministério da Cultura e pelo Banco do Brasil¹. Trata-se de um evento composto por debates (conduzidos por pessoas com deficiências, profissionais especializados, professores universitários e diretores de cinema, entre outros) e filmes (de ficção, documentários e animações) produzidos em diversos países, sobre a temática da deficiência. Desde a primeira edição, em 2003, o festival utiliza-se de vários mecanismos de acessibilidade como a audiodescrição, catálogos em Braille, legendas, interpretação em LIBRAS e salas de cinema acessíveis, para que as pessoas com deficiência sejam protagonistas nas produções filmicas e acompanham o público espectador.

Para o presente estudo, de natureza teórico-analítico, selecionamos um dos documentários mais votados no festival de 2007, intitulado “Ver e crer” (*Seeing is believing*)², filmado na Rússia, em 2007. Essa materialidade filmica é aqui tomada como um enunciado heterogêneo e disperso, que se organiza sob um feixe de relações complexas de saber e de poder. Dessa forma, a sequência filmica selecionada é aqui concebida como uma superfície de emergência, cujo discurso sobre a inclusão encontra, nesse domínio, a possibilidade de atribuir um estatuto ao sujeito com deficiência, fazendo-o aparecer, tornando-o nomeável, analisável e estabelecendo modos de representação. Sob tal delineamento, visamos compreender o modo como é dada a constituição identitária a partir das relações estabelecidas entre a representação visual e as condições de (co)existência enunciativa sobre o corpo deficiente. Tal propósito justifica-se pela necessidade de discutir a questão identitária enquanto uma categoria constituída por práticas discursivas, simbólicas, linguísticas e imagéticas que estão sujeitas a relações de poder. Interessa-nos esse viés discursivo da identidade por entender que os dispositivos teórico-metodológicos da AD podem subsidiar a interpretação de um mosaico de discursos dispersos e heterogêneos sobre a inclusão social da pessoa com deficiência na contemporaneidade, os quais são produzidos no encontro da língua com a imagem e suas bordas discursivas.

Importa destacar ainda que, ao refletir sobre a questão identitária, não poderíamos deixar de lado as considerações de teóricos do campo dos Estudos Culturais, dentre eles, Woodward (2000), Silva (2000) e Bauman

¹ Disponível em <<http://assimvivemos.com.br/wp/>>.

² Direção e produção Tofik Shakhverdiev. 13 min.

(2007). A esses pensadores soma-se a perspectiva teórica delineada por Michel Foucault, sobretudo as noções de subjetivação e de subjetividade (FOUCAULT, 1984, 1985, 1988, 2010a, 2010b), diálogo que possibilitará reconhecer a pessoa com deficiência como um sujeito que tem acesso a si, a partir de saberes ou jogos de verdade que são sustentados por técnicas, cujos dispositivos intervêm nos modos de relações estabelecidas na subjetivação dos corpos e nas práticas de si. Há de considerar sob tal perspectiva, servindo-nos das palavras de Sargentine (2004, p. 93), que “o homem produz por meio de técnicas de produção, comunica-se por meio de técnicas do sistema simbólico, conduz o governo de si e dos outros por meio de técnicas de relações de poder e estabelece técnicas para olhar para si mesmo”.

1 A Identidade como um Efeito Discursivo: uma questão de subjetivação

Conforme apontado anteriormente, o conceito de identidade pode ser ancorado em perspectivas teóricas diversas. Para as reflexões que propomos desenvolver nos limites deste texto, partiremos do diálogo entre a AD com os Estudos Culturais.

Silva (2000) ressalta que, em linhas gerais, a identidade pode ser definida como “aquilo que se é”. Tal princípio possibilita compreender o sujeito com deficiência a partir de sua anomalia biológica, o que justifica enunciados como “sou um deficiente mental”, “sou paraplégico” ou ainda, “sou um deficiente visual”. No entanto, essas afirmações constituem-se de uma rede de negações que pode implicar na hierarquização e estigmatização, atribuindo valores negativos ao grupo que “não é normal”. Desse modo, a identidade deve ser compreendida como um ato de criação linguística, simbólica e discursiva, pelos quais o mundo social é dividido e organizado (Silva, 2000). Isso significa que a sustentação de uma identidade implica na disputa de recursos simbólicos e materiais de uma sociedade, o que pode garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.

A teoria cultural e social contemporânea também se preocupa com o processo de produção da identidade. Silva (2000) destaca que há oscilação entre dois movimentos: de um lado aquele que tende a fixar e do outro aquele que tende a desestabilizar a identidade. Esses movimentos estão estritamente ligados a sistemas de representação que, na perspectiva cultural,

são considerados como forma de atribuição de sentido. Isso significa afirmar que, é por meio da representação, que a identidade passa a existir e também se liga a sistemas de poder. Nesse sentido, questionar a identidade do sujeito com deficiência no festival “Assim Vivemos”, significa questionar o(s) sistema(s) de representação que lhe dá(dão) condições de emergência, de existência e de possibilidade. Instalam-se, portanto, descontinuidades ou, conforme aponta Laclau (1990 apud WOODWARD, 2000), deslocamentos, uma vez que as sociedades modernas não possuem centros que produzam identidades fixas, mas sim, uma pluralidade ou um deslocamento de centros. Embora estejamos sempre em busca de uma afirmação identitária, não temos como fugir dos diferentes papéis sociopolíticos que exercemos, nem como negar que ocupamos posições diversas que sofrem restrições sociais e políticas.

Nessa linha de raciocínio, a “reciclagem identitária”, no âmbito das preocupações da modernidade líquida (BAUMAN, 2007, p. 7), é definida como “uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir”. Na vida líquida-moderna, os sujeitos têm a liberdade de deixar de ser o que se é para se tornar aquilo que não se é, perdendo-se a ancoragem social em identidades pré-determinadas e inegociáveis. Nessa ordem, “vida líquida significa constante autoexame, autocrítica e autocensura. A vida líquida alimenta a insatisfação do eu *consigo mesmo*” (BAUMAN, 2007, p. 19, grifos do autor). Assim, a definição de uma identidade é fundamentada pelo fio da instabilidade, no qual é impossível fixar-se em uma posição identitária única. Instalam-se sujeitos de consumo e identidades para serem consumidas. E a representação dessas identidades possuem materialidades, ou seja, as identidades têm um funcionamento discursivo em textos que se materializam em linguagens diversas.

Aproximando-nos do campo teórico da AD, a arqueogenealogia foucaultiana se apresenta como um terreno fértil para problematizarmos a constituição identitária instável na contemporaneidade e os modos de representação dessas identidades. Isso porque, o sujeito é, em toda a obra de Foucault, seu objeto: de saber, de poder ou de construção identitária.

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar os fenômenos do poder, nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao

contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. O primeiro é o modo da investigação, que tenta atingir o estatuto de ciência, como, por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na *grammaire générale*, na filologia e na linguística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia. Ou, um terceiro exemplo, a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia. Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamei de “práticas divisoras”. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os “bons meninos”. Finalmente, tentei estudar – meu trabalho atual – o modo pelo qual um ser humano torna-se um sujeito. Por exemplo, eu escolhi o domínio da sexualidade – como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de “sexualidade”. Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa (FOUCAULT, 1995, p. 231-232, grifos do autor).

O filósofo contribui para as reflexões acerca dos modos de existência do sujeito construindo um percurso arqueogenalógico que perpassa as práticas de cuidado de si dos gregos, as técnicas da sociedade disciplinar e a emergência das intervenções biopolíticas do Estado sobre o corpo e sobre a população. O sujeito, para Foucault, é uma construção historicamente realizada pelas práticas discursivas; não preexiste à sociedade, mas é constituído por uma rede de discursos, estratégias, poderes e práticas. Como explica Veiga-Neto (2007, p. 113), uma analítica do sujeito, nessa perspectiva, não deve partir do próprio sujeito, mas dos saberes e das práticas discursivas e não discursivas que o envolvem. As práticas e os saberes, “uma vez descritos e problematizados poderão revelar quem é esse sujeito, como ele chegou a ser o que dizemos que ele é e como se engendrou historicamente tudo o que dizemos dele”. Analisar, pois, uma série enunciativa fílmica que circunscreve sentidos sobre o sujeito com deficiência, implica interrogar o que, como e porque os enunciados dizem o que dizem sobre esse sujeito, o que configura uma prática discursiva sobre sua identidade.

A subjetividade, segundo Foucault (1997, p. 109) diz respeito às práticas e às técnicas, por meio das quais o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade: “como um sujeito foi estabelecido, em diferentes momentos e em diferentes contextos institucionais, como objeto de conhecimento possível, desejável ou até mesmo indispensável?”. Segundo o filósofo,

... a história do “cuidado” e das “técnicas” de si seria, portanto, uma maneira de fazer a história da subjetividade; porém, não mais através da separação entre loucos e não loucos, doentes e não doentes, delinquentes e não delinquentes, não mais através da constituição de campos de objetividade científica, dando lugar ao sujeito que vive, que fala e que trabalha. Mas através do empreendimento e das transformações, na nossa cultura, das “relações consigo mesmo”, com seu arcabouço técnico e seus efeitos de saber. Seria possível, assim, retomar num outro aspecto a questão da “governamentalidade”: o governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro (como é encontrado na pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, na prescrição dos modelos de vida etc.). (FOUCAULT, 1997, p.111).

Dessa forma, são essas técnicas de si responsáveis pela fixação ou transformação de identidades em função de determinados fins. Temos, por um lado, a disciplina, que pode ser definida como mecanismo que permite o controle minucioso do corpo, numa relação de docilidade-utilidade, tornando-o tanto mais obediente quanto útil. Por outro lado, temos a tecnologia do biopoder que tem por objetivo intervir, por meio de mecanismos globais, na vida da coletividade/população, para que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade. Em resumo, o biopoder leva em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e assegura sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 1999).

Importa destacar que esses dois mecanismos se complementam e se potencializam, mesmo não se configurando ou atuando na mesma forma. Se o domínio das deficiências for tomado como exemplo, tem-se de um lado a necessidade de um controle individual, disciplinar, tal como ocorreu mais profundamente por volta do século XVIII (e continua até hoje), devido

à busca da sistematização das doenças. Por outro lado, a deficiência se insere em processos biológicos mais amplos, que não privilegiam apenas o corpo, mas também seus efeitos sobre a população. O corpo deficiente é recolocado em outros processos sociais e discursivos (escola, mercado de trabalho) e se supõe que a acessibilidade aos espaços sociais promova a naturalização do diferente. Parece possível dizer, portanto, que o modo como o sujeito com deficiência ganha visibilidade é um efeito tanto da disciplina quanto da regulamentação. É preciso deixar esses corpos circularem, a partir de um pensamento político-econômico que sabe dizer “sim” à população.

Para atender a essa configuração social, a arte de governar se utiliza de técnicas e mecanismos a fim de maximizar a produção de riquezas pela população. Assim, a intervenção do governo passa a ser pelas técnicas de governamentalização que se espalham e se pulverizam na sociedade, por meio de um poder microfísico de caráter não repressivo. A condição é que a sociedade do controle não tenha um centro único organizador, mas seja constantemente deslocada, descentrada, de tal modo que todos disciplinam todos. Da mesma forma, a sociedade moderna faz a ‘objetivação’ parecer ao sujeito como ‘subjetividade’, ou seja, faz acreditar na liberdade do sujeito, que pensa ser dono do seu próprio destino.

Os micropoderes constroem verdades que, uma vez históricas, estão em permanente reconfiguração, de acordo com o momento social, histórico e econômico de uma sociedade. As identidades dos sujeitos com deficiência são, pois, construções discursivas produzidas pelos jogos estabelecidos entre micropoderes. Diante disso, cabe-nos questionar como, em uma conjuntura precisa, as práticas inclusivas de pessoas com deficiência se constituem como possibilidade de lucro econômico e utilidade política aos mecanismos globais do sistema do Estado.

Nessas relações de micropoderes, o sujeito é perpassado por jogos (produções) de verdade, que funcionam como uma ascese, isto é, um exercício de si sobre si, em que o sujeito pode se transformar e aceder a um certo modo de vida. É no exercício de dizer a verdade que se auxilia os governados para que eles mesmos encontrem sua verdade. Essa virtude, denominada *parresia*, do grego *parresía*, significa, em linhas gerais, “coragem de dizer a verdade” ou “dizer tudo”. Foucault problematiza o gesto de “dizer-a-verdade” nos procedimentos de governo, na constituição de um indivíduo como sujeito para si mesmo e para os outros, conceito que possibilita refletirmos sobre as tecnologias de si que constituem o cuidado

de si em relação aos sujeitos com deficiência. O filósofo sintetiza esse conceito da seguinte forma:

A *parresía* [...] é portanto uma certa maneira de falar. Mais precisamente, é uma maneira de dizer a verdade. [...] é uma maneira de dizer a verdade tal que abrimos para nós mesmos um risco pelo próprio fato de dizer a verdade. [...] é uma maneira de abrir esse risco vinculado ao dizer-a-verdade constituindo-se de certo modo como parceiro de nós mesmos quando falamos, vinculando-nos ao enunciado da verdade e vinculando-nos à enunciação da verdade. Enfim, a *parresía* é uma maneira de se vincular a si mesmo no enunciado da verdade, de vincular livremente a si mesmo e na forma de um ato corajoso. A *parresía* é a livre coragem pela qual você se vincula a si mesmo no ato de dizer a verdade. Ou ainda, a *parresía* é a ética do dizer-a-verdade, em seu ato arriscado e livre. (FOUCAULT, 2010a, p. 63-64, grifos do autor).

A *parresía* é, assim, o que permite que alguns sujeitos possam se dirigir a outros e lhes dizer o que pensam, o que pensam ser a verdade e, com isso, podem governar a cidade. No jogo discursivo, a verdade é o que se diz a partir do poder de dizê-lo, seja no discurso científico, no religioso, entre outros. Antecipando algumas pistas interpretativas do documentário, as declarações dos atores sociais com deficiência visual tornam-se verdade pela representação de suas experiências. O sujeito com deficiência é alguém que tem algo a dizer e que pode governar. Esse sujeito atende, portanto, às condições instituídas para se falar-a-verdade: ele ocupa um estatuto de quem fala francamente; sua experiência, ou sua qualificação pessoal lhe permite desfrutar da *parresía* e persuadir aqueles que estão sendo comandados; e, ao falar francamente, o sujeito com deficiência assume os riscos políticos desse ato – não no sentido de arriscar a vida, como Foucault ressalta ao voltar para o contexto da Grécia antiga –, mas esse risco se configura de forma diferenciada na atualidade, conforme destacaremos na materialidade fílmica selecionada para o propósito deste estudo.

2 A Constituição Identitária do Sujeito com Deficiência no Documentário “Ver e crer”

A sequência fílmica (transcrita no anexo) apresenta, de forma bastante sintética, a rotina de Sergey, um jovem de 22 anos e cego desde os oito. Sergey é universitário do curso de computação e pratica várias atividades, dentre elas futebol e judô. O perfil desse jovem, personagem do curta-metragem e da vida real, justifica o título atribuído ao documentário “Ver e crer”.

O documentário compõe o rol de produções fílmicas apresentadas no festival “Assim Vivemos”, cuja temática, a (d)eficiência, é justificada pelas condições de possibilidade na ordem discursiva construída na sociedade contemporânea. Expliquemo-nos. Historicamente, a emergência de políticas inclusivas irrompe de três grandes movimentos: (i) a racionalização e/ou humanização do corpo deficiente pela medicina; (ii) o enfrentamento causado pelas consequências físicas e psicológicas dos militares das duas Grandes Guerras; e (iii) as políticas públicas de iniciativa estatal e de organizações não governamentais, voltadas à conscientização sobre a deficiência. Dessas mobilizações, as pessoas com deficiência são chamadas a cumprir seu direito de participação, tornando-se visíveis na sociedade da normalização. Nesse sentido, no festival, as pessoas com deficiência têm a oportunidade de assumirem um papel pelo qual é possível “falar francamente”, a fim de intervir na vida da população. Sob tais circunstâncias de produção, o festival, composto por produções fílmicas do tipo documentário, já aponta para a problemática do modo como essas materialidades se constituem diferenciando-as da ficção. Nichols (2005) afirma que não há garantia absoluta sobre delimitar as instâncias nas quais se inscrevem cada uma dessas modalidades, visto que algumas práticas de ficção são usadas no documentário e vice-versa. Por isso, o autor prefere assumir que todo filme é um documentário. Distingue, os “documentários de satisfação e desejo”, que abrange o que conhecemos por “filmes de ficção”, dos “documentários de representação social”, que correspondem aos filmes de “não ficção”, nomenclatura essa que será adotada neste texto.

Os discursos veiculados ao documentário “Ver e crer” materializam-se por meio de saberes técnicos, linguísticos, discursivos e político-sociais. Dentre as técnicas, destacam-se o depoimento e o que poderíamos chamar de uma posição testemunha – em que o telespectador

presença a atuação do ator principal em diversas atividades cotidianas –, é um mecanismo que possibilita a criação da ilusão, efeito de coparticipação da experiência (presentificação). Tais técnicas operam um jogo de relações nas quais se constituem identidades a partir da regulamentação de saberes e sobre o uso que os sujeitos com deficiência podem fazer de seu corpo e de sua vida. Consideramos, assim, a inclusão desses sujeitos (representada, no documentário pela participação efetiva de um sujeito com deficiência visual na sociedade) como um dispositivo, enquanto “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2007, p. 246).

Nesse âmbito, importa destacar o papel dos atores que atuam em documentários de representação social, uma vez que, para Nichols (2005, p. 31), nesse tipo de filme, os atores são tratados como atores sociais: “seu valor para o cineasta consiste não no que promete uma relação contratual, mas no que a própria vida dessas pessoas incorpora”. Sergey, no documentário “Ver e Crer” não atua apenas no filme, mas *está* no filme, ou seja, ele é ele mesmo nas cenas. Entretanto, nessa atmosfera, a filmagem pode ameaçar a autenticidade que cerca o ator social. Isso, porque a mudança de comportamento e de personalidade dos atores pode introduzir elementos de ficção (no sentido de fabricação), no processo documentário, e intervir sobre a conduta do olhar sobre o modo como os sentidos são apreendidos, sentidos estes que podem ser diferentes de testemunhas participantes do dia a dia de Sergey.

Tomando, assim, os atores sociais como constitutivos dos documentários de representação social, a tríade “Eu, você e eles”, desse tipo de filme, envolve o cineasta, os temas/atores sociais e o público/os espectadores. Segundo Nichols (2005), a formulação verbal mais conveniente para a interação desses três elementos é: *Eu falo deles para você*, em que “eu” se refere ao cineasta, que assume uma posição sujeito e fala sobre “eles”, que corresponde a sujeitos ou a uma temática específica; e “você” que é o público espectador. Essa formulação ajuda a entender a posição que o sujeito cineasta assume em relação àqueles que estão representados no filme e àqueles a quem o filme se dirige. Conforme afirma Nichols (2005, p. 46), essa posição exige negociação e consentimento e sugere o tipo de relação que se espera que o espectador tenha com o cineasta e com o tema abordado.

Embora tradicionalmente os documentários de representação social sejam conhecidos pela capacidade de transmitir uma impressão de realidade,

eles se configuram como uma representação do mundo histórico. Como “histórias verdadeiras”, os documentários de representação social pedem que sejam tomados por verdadeiros. Por esse princípio, de acordo com Nichols (2005), a interpretação consiste na compreensão dos mecanismos e das estratégias linguístico-imagéticos que produzem sentidos.

Dentre alguns recursos que podem ser reconhecidos, Marie & Jullier (2009) propõem que as figuras filmicas sejam classificadas segundo sua intervenção no “nível do **plano** (parte do filme situada entre dois pontos de corte), no nível da **sequência** (combinação de planos que compõem uma unidade) ou no nível do **filme inteiro** (combinação de sequências)” (MARIE; JULLIER, 2009, p. 20, grifos do autor). Neste texto nos centraremos apenas no nível do plano cinematográfico, que se refere à proporção que os objetos e/ou pessoas são enquadrados, o que pode produzir efeitos de sentido específicos. Dado que o documentário “Ver e crer” é composto basicamente por duas estratégias, os depoimentos e a atuação de Sergey em algumas atividades cotidianas, os planos que se sobressaem são o *close-up* e o médio³. Quanto à lateralidade, em grande parte das cenas, os atores sociais estão centralizados, e em algumas composições temos a perspectiva *contraplongée* (de baixo para cima), o que por vezes magnifica o protagonista.

As imagens, dessa forma, constituem importante recurso de produção de sentidos. Isso não significa, afirmar que as cenas apenas cumprem um papel de “ilustração” do que é dito pelo texto verbal. Do ponto de vista da significação, as imagens são elas mesmas práticas discursivas que colocam em exercício o próprio discurso (TASSO, 2000). O ato de “ler” as imagens veiculadas no documentário, por conseguinte, requer a compreensão tanto da ordenação dos elementos visíveis formais que a compõe quanto das relações discursivas que lhe são exteriores. Nos planos de visibilidade e de invisibilidade, a condição de existência dessa prática imagética apoia-se nas proposições sobre enunciado e função enunciativa que se configuram como dispositivos analíticos dos processos discursivos em imagens. Isso porque “a imagem pode concentrar, num espaço físico do seu suporte, inúmeras formulações inscritas na opacidade ou na transparência de seus enunciados, em geral, visíveis por marcas simbólicas” (TASSO, 2003, p. 60).

³ Ressaltamos que essa nomenclatura pode variar de acordo com o autor adotado.

No caso das pessoas com deficiência, a condição de existência dessas imagens se dá pela ocupação de sujeitos em lugares institucionais e pelas regras sócio-históricas que determinam a inclusão desses sujeitos em diversos campos sociais, na configuração atual.

Como essas condições [*de existência e de suas possibilidades*] se efetivam por práticas discursivas, daí a possibilidade de se determinar que as imagens dessa natureza possuem um conjunto de regras pelas quais um espectador pode estabelecer diferentes níveis de relação entre aquilo que se encontra no domínio da representação visual e o que lhe é exterior. (TASSO, 2003, p. 47).

No plano verbal, por sua vez, o primeiro fato linguístico que chama a atenção se refere aos relatos contados pelas pessoas com deficiência visual. As histórias se tornam cômicas à proporção que ridicularizam a falta de informação das pessoas, bem como seus “atos falhos”. Outro sentido, no entanto, é atribuído ao relato do treinador de judô de Sergey, que ressalta a mudança de atitude de seu aluno, depois que passou a treinar. São, portanto, efeitos de sentido diferentes para enunciados verbais que utilizam verbos no pretérito perfeito.

Um mecanismo linguístico que chama a atenção na seqüência fílmica é a oposição estabelecida pela conjunção adversativa “mas”, recorrente no início da seqüência fílmica: “É isso, trabalhamos como qualquer outra pessoa. **Mas** aqueles que podem enxergar, leem na tela, enquanto que para nós são lidos por um sintetizador”; “Sou cego, **mas** sinto o espaço” e ainda “Você vê como ele trabalha? **Mas** ele é cego!”. Filiando-nos a Castilho (2012), podemos dizer que, enquanto operador argumentativo de contrajunção, “mas” tem seu escopo à esquerda, ligando constituintes da direita para a esquerda, o que significa contrapor o segundo seguimento ao primeiro. Como efeito de sentido, sobretudo, em “Mas aqueles que podem enxergar...” e “... mas sinto o espaço”, a proposta de soluções para o obstáculo da cegueira: por um lado, uma solução tecnológica que permite a leitura dos comandos por um sintetizador e, por outro lado, o desenvolvimento de outros sentidos, no caso, o aguçamento da sensibilidade. No caso de “Mas ele é cego!”, o escopo da direita para a esquerda complementa o sentido produzido pela primeira oração, não marcada verbalmente, mas que poderia ser assim construída: “Ele trabalha bem. Mas ele é cego!”. Notamos que há a quebra

de expectativa, ou o cancelamento da pressuposição construída no primeiro enunciado.

Importa destacar também a naturalidade com que Sergey lida com as situações cotidianas. Ele pratica esportes, trabalha, ajuda em casa, sabe tocar um instrumento e afirma que “não tem problemas”. Todos os procedimentos de objetivação e de subjetivação parecem ser apagados na representação de Sergey – ele é um sujeito livre e independente, que faz o que quer e tem habilidades para atuar socialmente, capaz de cuidar de si, mesmo reconhecendo a “ignorância” daqueles considerados “normais”.

Ao utilizar documentários de representação social no festival “Assim Vivemos”, percebemos a oportunidade de refletir sobre questões que necessitam de atenção. São apresentadas perspectivas (fílmicas) diversas acerca do mundo que colocam diante de nós não apenas o dia a dia de um sujeito com deficiência visual, como também de questões sociais mais amplas, sujeitas a questionamentos e reflexões. Segundo Nichols (2005, p. 28-30), o documentário engaja-se pela representação de três maneiras: (i) oferecem-nos um retrato ou uma representação reconhecível do mundo; (ii) significam ou representam os interesses de outros (dos sujeitos-tema do filme ou instituição que patrocina sua atividade cinematográfica) e (iii) podem representar o mundo da mesma forma que um advogado representa os interesses de um cliente: colocam diante de nós a defesa de um determinado ponto de vista ou de uma determinada interpretação das provas. Portanto, percebemos que “Ver e crer” pode representar o risco da coragem de dizer-a-verdade dos sujeitos com deficiência visual, que se submetem a possíveis julgamentos da sociedade ao relatar situações que mostram como as pessoas ditas “normais” desconhecem as necessidades e características de pessoas com deficiência.

É interessante notar que esses conceitos – inclusão efetiva, capacidade, sátira e desinformação dos cidadãos em geral –, estão na invisibilidade da materialidade fílmica. Queremos dizer com isso que não podemos ver esses conceitos em sua materialidade, mas vemos apenas os sinais de sua existência, nos elementos que estão no plano de sua visibilidade.

Isso equivale a dizer que o valor documental dos filmes de não ficção está em como eles representam visual e auditivamente os tópicos para os quais nossa linguagem escrita e falada fornece conceitos. As imagens fotográficas não nos dão os conceitos; elas nos dão exemplos.

[...] Os documentários oferecem a experiência sensual de sons e imagens organizados de tal forma que passam a representar algo mais do que meras impressões passageiras: passam a representar qualidades e conceitos de natureza abstrata. (NICHOLS, 2005, p. 98).

Por fim, o título do vídeo é um enunciado que chama a atenção no jogo discursivo entre o vocábulo “ver” e os sujeitos destacados no vídeo que têm uma deficiência visual. O enunciado produz efeitos na medida em que está associado ao ditado “só acredito vendo”, que retoma a memória da passagem bíblica em que São Tomé não acredita que os demais apóstolos viram Jesus, e diz que só acredita naquilo que seus olhos veem. No imaginário social, um sujeito cego é incapaz de praticar atividades simples do seu dia a dia. Logo, se alguém contasse, por exemplo, que Sergey pratica vários esportes, toca violão, trabalha como programador de computador, o espectador/ouvinte não acreditaria. É preciso ver Sergey na ativa para crer que é possível. E é no risco de dizer/mostrar-a-verdade que os sentidos deslizam facilmente para preconceitos, muitas vezes, afetando a prática inclusiva na contemporaneidade.

Tecendo Efeitos de Conclusão

Nesse texto, propusemo-nos compreender o modo como é dada a constituição identitária, a partir das relações estabelecidas entre a representação visual e as condições de (co)existência enunciativa sobre o corpo deficiente. O que parece sustentar os mecanismos de visibilidade – seja em relação ao documentário interpretado seja em relação ao festival –, são os procedimentos de objetivação e de subjetivação que existem para construir a identidade do sujeito com deficiência em função de determinados fins de base social, política ou econômica, graças ao domínio de si. Ao tornar visível práticas discursivas acerca dos sujeitos com deficiência, o documentário, enquanto enunciado, mostra a dispersão desse sujeito, a partir de condições específicas que aparecem na ordem reguladora de enunciados de uma época específica – a atualidade.

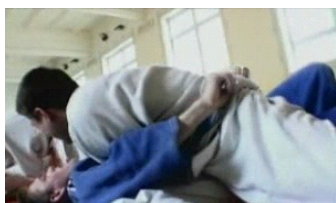
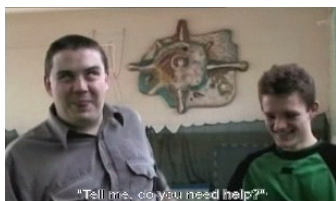
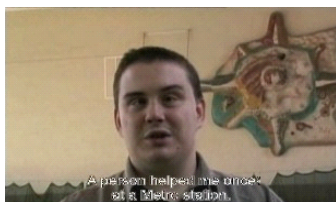
Trata-se de um discurso que se vale de determinadas técnicas do cuidado de si, por meio das quais o sujeito deficiente é chamado a cuidar de sua alma e de seu corpo. O relacionamento produtivo e afetivo, que o sujeito com deficiência visual demonstra no documentário, dá visibilidade ao

exercício de um governo do outro, legitimado pela cultura da inclusão. Ocupar-se consigo mesmo parece o fio condutor da discursivização da relação entre subjetividade e verdade, que permeia a vontade de verdade sobre a inclusão construída na sociedade contemporânea. Falar, assim, sobre a identidade do sujeito com deficiência significa refletir sobre as complexas relações que os sujeitos mantêm consigo mesmo, com os outros e com a verdade, ou seja, refletir sobre os modos de objetivação e de subjetivação desses sujeitos.

Por fim, encerramos essas reflexões cientes de que o documentário apresentado permanece aberto para mobilizações outras, que podem gerar descrições e interpretações diversas e/ou complementares. Com esse empreendimento, não pretendemos levantar afirmações inquestionáveis, e sim promover inquietações e incentivar outros estudiosos a se arriscarem nas tramas discursivas e a desconstruírem as evidências de sentido acerca do corpo deficiente.

Anexo

Transcrição do documentário “Ver e crer”.



Amigo de Sergey: Um homem me ajudou uma vez na estação do Metrô. Ele realmente queria ajudar, mas ele estava bêbado e não soltava meu braço. Ou as pessoas me pegam pelo braço e insistem em ajudar. “Me diga, você precisa de ajuda?” E eles me arrastam para algum lugar. Vika me disse: Eu estava esperando por um amigo na estação de Metrô. Quando um trem chegou, alguém me agarrou e me jogou dentro do vagão. As portas fecharam e o trem foi embora! Pensaram que eu precisava de ajuda para entrar no vagão. [...] Então me empurraram para dentro! O problema é: [...] Como podemos ensinar às pessoas que enxergam a realmente entender as pessoas que não enxergam, e não, simplesmente, fingir que entendem.

Sergey: As pessoas geralmente pensam que se uma pessoa tem uma deficiência, ela é anormal e estranha.

Amigo de Sergey: É... estranha.

UM FILME DA FUNDAÇÃO
PERSPEKTIVA

Sergey: Meu nome é Sergey Monzhos. Tenho 22 anos. Sou um estudante do terceiro ano no IT. Estudo desenvolvimento de software, e programação. Isso é programação: caixa idiota faça o que eu quero. Todos os textos são lidos em voz alta. É isso, trabalhamos como qualquer outra pessoa. Mas aqueles que podem enxergar, leem na tela, enquanto que para nós são lidos por um sintetizador.

Sergey: Sou cego, mas sinto o espaço. Posso correr em volta. Eu “sinto” o espaço. Sinto onde estou, onde as paredes estão. Sei que não vou bater nelas.



Treinador: Quando Sergei chega e os outros o veem trabalhar, ficam surpresos de vê-lo usar o computador. Sempre me perguntam: Você vê como ele trabalha? Mas ele é cego! Levo meia hora para terminar o que ele faz em um minuto. Parece que ele está tocando Bach no piano!

Sergey: Ponha isso debaixo da bateria.

Menina: Não consigo.

Sergey: Ok, deixa que eu faço. [...] Esse aplicativo lê em voz alta o menu, mensagens de texto e agenda telefônica.

[Uma voz masculina comanda]

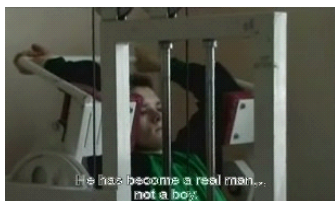
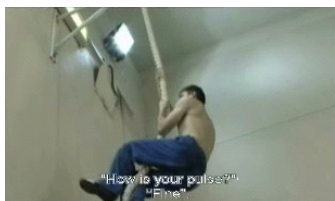
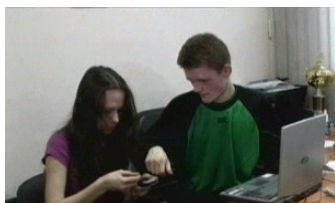
Sergey: Eu pratico esportes e me sinto confiante. O judô me dá a capacidade de me proteger, se for necessário. Isso ajuda a desenvolver minha coordenação e orientação, então sinto-me como uma pessoa comum e esqueço que não posso enxergar.

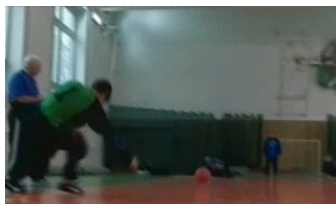
Treinador: No início, Sergei era quieto e tímido. Respondia somente “sim” e “não”... Perguntava como ele estava, e ele respondia apenas “Bem”. Ou dizia que seu pulso estava normal. Agora ele é uma pessoa diferente. Mudou diante dos meus olhos. Costumava ser um gato franzino. Agora faz judô e se exercita por conta própria. Tornou-se um homem, não é mais um menino.

Menina: 23, 24, 25, 26. Muito bom!

Sergey: Goalball é um jogo desenvolvido especialmente para cegos. Tanto pessoas totalmente cegas quanto com visão parcial podem praticá-lo. Todos os jogadores tem os olhos vendados para que seja justo.

Treinador: Goalball é um jogo único e bastante complexo. Um jogador é, ao mesmo tempo, goleiro e atacante. Ele tanto ataca quanto defende.





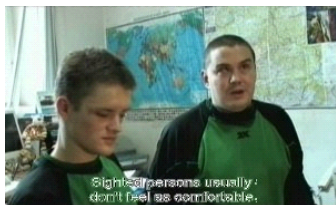
[Apitos e cornetas]

[Aplausos e assovios]

Treinador: O esporte faz com que sejam como qualquer pessoa.

Sergey: Não me sinto limitado de modo algum.

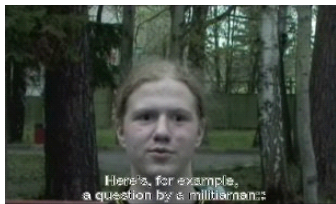
Amigo de Sergey: Pessoas que enxergam geralmente ficam mais desconfortáveis conosco do que nós com elas. Acho que a sociedade não amadureceu o bastante.



Homem: Um dia fizemos uma viagem para Rostov. A cidade é famosa por suas jóias esmaltadas. Depois da excursão pela cidade, nos mostraram as jóias esmaltadas. Alguns cegos estavam curiosos em relação as jóias, mas os guias disseram: “Podem olhar, mas não é permitido tocar!”

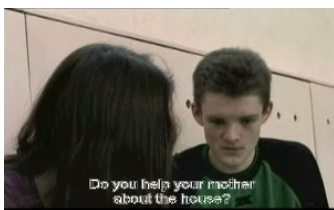
[Sergei ri]

Homem 1: Uma vez, um policial me fez uma pergunta brilhante: “Você é viciado em drogas? Seus olhos não param de mexer.” Ele não sabia que a maioria dos cegos move os olhos. Eu disse que era cego e que meus olhos sempre foram assim. Então ele disse: “Por que veio ao jogo de futebol então?” Não entendi o que ele quis dizer. Ele disse: “Mas qual é a graça, se não pode ver o jogo?” Disse a ele que vim torcer pelo meu time. Ele disse que deveria ficar em casa, já que não via nada mesmo.



Homem 2: Muitas pessoas que enxergam ficam impressionadas. Como pode uma pessoa totalmente cega andar por uma cidade tão grande? Sozinha! Ele vai para todos os lugares. Vai ao shopping – droga! Joga futebol e goalball. Escreve poesias, usa o computador, estuda numa universidade! Nossa! Estuda numa universidade! Nossa! Admirável! Por isso que, agora com 19 anos, não quero enxergar.





Sergey: Se os cegos pararem de se preocupar que são cegos, tudo vai ficar bem melhor!

Menina: Você ajuda sua mãe com as tarefas de casa?

Sergey: Às vezes, quando tenho tempo.

Menina: E o que você faz??

Sergey: Coisas simples, tiro o pó, lavo a louça...

Sergey: Você precisa que eu leve alguma coisa?

[Violão]

[Comandos do computador]

Menina: Como você digita?

Menina: esse dente-de-leão não floresceu, mas aquele outro sim.

Sergey: Não, ainda não.

Menina: Já floresceu sim!

Sergey: Não totalmente... O meio ainda não floresceu. Ele tem que florescer completamente.

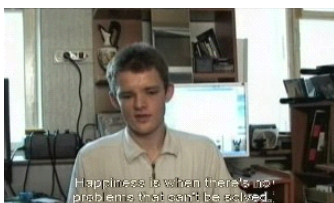
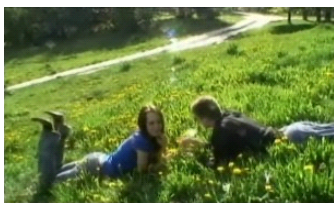
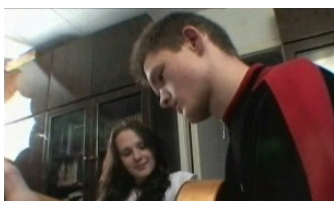
Menina: Ok, esse dente-de-leão ainda não floresceu.

[Violão]

Sergey: Felicidade é quando não há problemas que não possam ser resolvidos.

Aurhor: E você tem algum problema?

Sergey: Penso que não.



Written, directed and filmed by TOFIK SHAKHVERDIEV
Assistant Director: A. STAROVEROV
Sound: A. RUSAKOV
Editors: S. KARTASHEVSKIY, L. VLADIMIROVA

Referências

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970–1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975–1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977–1978)*. Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão. Revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982–1983)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a. (Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981–1982)*. 3. ed. Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros. Tradução Márcio Alves da Fonseca, Sama Annus Muchail. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b. (Obras de Michel Foucault).

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JULLIER, L.; MARIE, M. *Lendo imagens do cinema*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. Tradução Mônica Saddy Martins. Campinas: Papiрус, 2005. (Coleção Campo Imagético).

SARGENTINI, V. M. O. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V. M. O.; NAVARRO-BARBOSA, P. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 77-96.

SILVA, O. M. da. *A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje*. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, E. D. *Movimentos identitários e políticas de inclusão na mídia: a (d)eficiência em tela*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/def_ERICA_danielle.htm>.

TASSO, I. E. V. de S. Um paradigma imagético para a produção textual. *Máthesis*, v. 1, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2000.

TASSO, I. E. V. de S. *As múltiplas faces da iconografia na prática de leitura escolar*. 2003. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-102.

Recebido em abril de 2013
Aprovado em agosto de 2013